



GILBERTO FREYRE E O LUSOTROPICALISMO COMO IDEOLOGIA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS (1951–1974)

João Alberto da Costa Pinto¹

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o regime salazarista do Estado fascista português obrigou-se a uma nova definição estatutária para a caracterização de suas colônias espalhadas pela África e pela Ásia. António de Oliveira Salazar sabia que, se não tomasse providências urgentes naquele momento de redefinição do desenho geopolítico internacional, os espaços coloniais portugueses poderiam sucumbir perante as novas concepções liberalizantes dos autonomismos nacionalistas (África e Ásia, principalmente) que, formuladas na década de 1940, se consumariam como práticas políticas efetivas pela década de 1950, estendendo-se até meados da década de 1970.

Salazar, no poder desde 1926, sugeriu novas práticas de Estado para tentar assim recaracterizar o velho Império português. O Império das glórias camonianas dos séculos XVI e XVII era permanentemente reabilitado pelo fascismo salazarista em pleno século XX. O Estado salazarista procurava a essência de si nas práticas ditas civilizadoras da velha conquista colonial. Não buscava novas colônias, mas colonizar efetivamente aquelas que já lhe pertenciam há séculos. A marca emblemática de tais práticas aparece em 1930, através de um documento que se demarcaria como a carta constitucional do colonialismo português contemporâneo, trata-se do *Acto Colonial*. Nesse documento sumariavam-se os conceitos e os movimentos institucionais do

¹. Professor da Faculdade de História da UFG

Estado português centrados em premissas fortemente centralizadoras no que se refere à administração das colônias.

Através de práticas de concessão (no jogo diplomático, sujeitando-se a interesses geopolíticos da Inglaterra e dos EUA), o governo de Salazar conseguiu manter ao longo da Segunda Grande Guerra as fronteiras do Império intactas. E, diante dos novos tempos que o pós-guerra estava a impor ao mundo, Salazar, estava novamente sob a contingência de novas concessões. Propôs mudanças na administração colonial e o fazia para que tudo ficasse como estava.

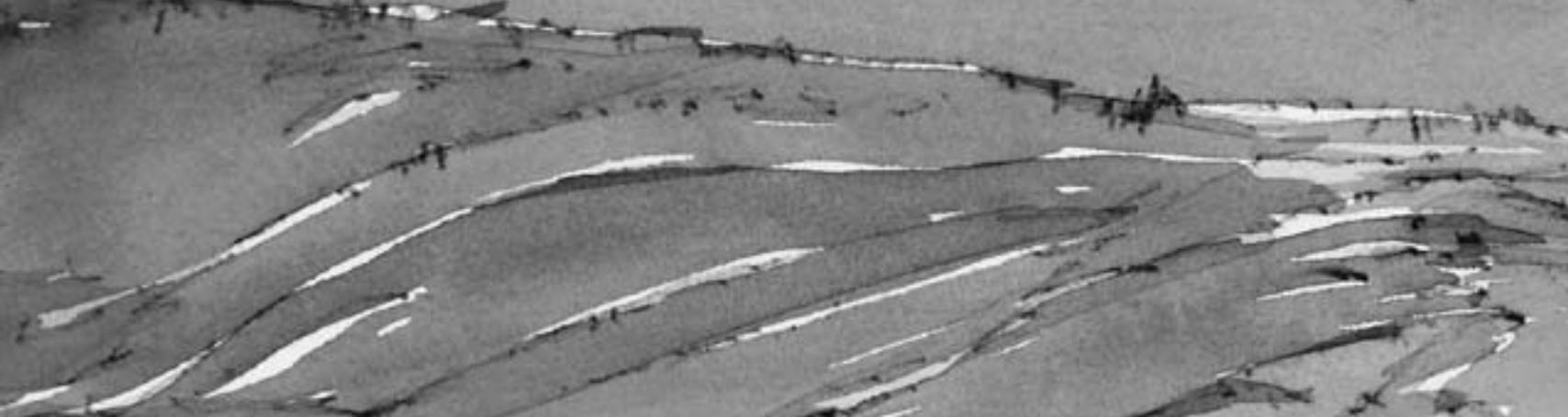
Evidente que tais práticas conjunturais de manutenção estrutural do Império não seriam obra somente da vontade de Salazar. Para justificar “o mundo que o português criou”, teve inúmeros parceiros intelectuais, o apoio dos seus “cães de guarda” (para usar a expressão de Paul Nizan), os “cães de guarda” do Império. Refiro-me a importantes intelectuais que o assessoraram diretamente na condução dos negócios do Estado, ora como ministros ora como Chefes de Centros de Pesquisa ou ainda como representantes diplomáticos junto à ONU. Faço referência apenas a alguns nomes, como o de Armindo Monteiro (que foi Ministro do Ultramar), o de Adriano Moreira (membro da Junta de Investigações do Ultramar [JIU] e criador do Centro de Estudos Políticos e Sociais [CEPS], pertencente à JIU e também Ministro do Ultramar), o de Sarmento Rodrigues (membro da Marinha [Comodoro] portuguesa e também Ministro dos Negócios Estrangeiros) e ainda, Franco Nogueira (diplomata, chefe da delegação portuguesa na ONU, em meados da década de 1950 e ministro do Ultramar). Sobre Armindo Monteiro e Franco Nogueira farei apenas alguns comentários de passagem. Adriano Moreira e Sarmento Rodrigues terão aqui maior destaque por serem os responsáveis diretos pela presença institucional do Lusotropicalismo de Gilberto Freyre junto às práticas reformistas de Salazar no pós-guerra.

Os intelectuais acima referidos tiveram um papel determinante na confecção do ideário político-institucional que se disseminou por todas as áreas no mundo de influência lusitana, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, ou seja, junto ao regime salazarista responsabilizavam-se pela busca do sentido e significado de Portugal no mundo, num momento de crescentes tensões internacionais onde se impunha, na concorrência pelo domínio dos mercados mundiais, a geopolítica bipolar dos EUA e da URSS. Salazar e seus ideólogos procuraram nesse contexto, uma alternativa que não transfigurasse a historicidade de Portugal no mundo e que não se subordinasse ao domínio de um dos polos hegemônicos, a maior herança dessa historicidade – o Império Ultramarino. Salazar lutou contra a bipolaridade, não se dispôs a ficar ao lado dos EUA, foi um parceiro esquivo, arredio da política internacional dos EUA. Mas foi também, francamente anticomunista com a URSS. Salazar e seus ideólogos apresentavam-se ao mundo, como antiliberais e anticomunistas, aspecto que demarcava o cariz essencialmente fascista do regime.

Em 1951, o Acto Colonial de 1930 deixou de ser a marca constitucional diretiva das práticas institucionais do Estado português junto às colônias ultramarinas. Com isso, as colônias que eram definidas como tais passariam naquele momento a ser definidas como *províncias* ultramarinas. Mudava-se a terminologia, mas as práticas e as realidades permaneciam intocadas. Esse é o significado do fim do Acto Colonial. Mesmo não alterando substantivamente em nada a realidade do domínio imperial, ainda assim, o fim do Acto Colonial, não foi apoiado de modo unânime. Na ocasião, Armindo Monteiro, um dos mais expressivos políticos portugueses do século XX, além de ser um dos articuladores do Acto Colonial, manifestou intransigente posição contrária à revogação daquele documento.

Junto com a reforma constitucional que transformou retoricamente o estatuto administrativo das colônias do ultramar, o governo de Salazar mobilizou gigantesco esforço de propaganda para justificar internacionalmente um país, uma nação de extensos territórios, extensas províncias que do Minho ao Timor faziam de Portugal um só território. É neste momento crucial que a obra e o pensamento de Gilberto Freyre tornaram-se instrumentos da máquina de propaganda salazarista. E isso não aconteceria à revelia de Freyre, muito ao contrário, acabou por aceitar de bom grado o papel de ideólogo salazarista e em alguns momentos foi percebido como um dos mais eficientes *cães de guarda* do Império.

Em termos gerais, a conjuntura internacional do pós-guerra impunha ao Estado português o esforço gigantesco de cristalizar, em várias frentes, o sentido do seu Império no mundo. Primeiro, buscava-se na ONU o consenso de um Portugal com colônias, mas que não se percebia mais como colonialista – daí as alterações constitucionais. Em segundo lugar, o consenso sobre o sentido dessa realidade histórica, isto é, buscava-se uma arquitetura teórica que justificasse a tradição do colonialismo lusitano ao longo do tempo, como uma estrutura histórica diferenciada daquela ocorrida em outros países colonialistas. E, em terceiro lugar, a necessidade do convencimento social, frente à própria nação, de que tal engenharia administrativa era de fato uma realidade operacional e conseguir justificar assim ao mais simples lavrador português que as terras fecundas e ainda inexploradas da África eram também as terras do seu querido Portugal. Tal chamamento, derivado desse consenso, teve resultados significativos porque na década de 1950 constatou-se um deslocamento considerável de portugueses metropolitanos para as duas principais



colônias africanas – Angola e Moçambique. Em suma, três frentes de luta, três campos de intervenção ideológica que só poderiam ter-se sistematizado com uma complexa engenharia institucional organizada a partir do Estado.

Os principais espaços institucionais de articulação das reformas na esfera estatal foram o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), O Ministério do Ultramar (MU), seguido da Junta de Investigações do Ultramar (JIU) e ainda, o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (Iseu) que era a transfiguração, a partir de 1954, da Escola Superior Colonial, criada em 1927 e originada da primeira Escola Colonial, fundada em anexo à Sociedade de Geografia em 1906. Os ministérios como entidades políticas, a JIU e o Iseu como entidades de pesquisa, juntos cumprindo a mesma função ideológica: justificar a perpetuação anacrônica das colônias num mundo cada vez mais hostil a práticas imperialistas e colonialistas. Entre outros, passaram pelos ministérios, Sarmento Rodrigues – no início da década de 1950 – e Adriano Moreira – no início da década de 1960. O primeiro marcou sua gestão pela *consolidação* da imagem do Império. O segundo lutou em defesa (física – no combate às guerrilhas africanas pró-independentistas) pela *perpetuação* dessa imagem. Foi Sarmento Rodrigues quem convidou Gilberto Freyre para uma longa viagem de sete meses por todo o Império. Foi Adriano Moreira quem organizou, a partir de 1961, a feroz resistência armada das tropas portuguesas contra os primeiros levantes nacionalistas autonomistas (caso específico do Norte de Angola, contra a guerrilha do Movimento Popular pela Libertação de Angola [MPLA], e que também instituiu nessa colônia as práticas repressivas da polícia secreta do Estado – a Polícia Internacional de Defesa do Estado, a Pide). Foi Sarmento Rodrigues quem apresentou a obra de Gilberto Freyre a Salazar e quem convenceu este da importância de Freyre para Portugal. Uma descrição detalhada da organização do convite de Sarmento Rodrigues a Gilberto Freyre para a viagem



científica ao Império português está na obra de Cláudia Castelo, *O Modo Português de Estar no Mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933 - 1961)*, publicado no Porto pela editora Afrontamento em 1998.

A Junta de Investigações do Ultramar foi uma instituição emblemática das preocupações de Salazar com os novos tempos advindos com o pós-guerra. Surgiu em 1945. Era a transfiguração da antiga Comissão de Cartografia, criada em 1883. A junta compunha-se de vários centros de estudo, institutos de pesquisa, responsáveis pela articulação dos conhecimentos sociológicos e antropológicos e políticos dos povos e regiões ultramarinas. Promoveu inúmeras atividades de pesquisa, várias viagens de estudo às colônias, sempre com o sentido de justificar a singularidade civilizacional do homem português em regiões tropicais. Seu principal centro de pesquisa foi o Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS), criado e dirigido em 1956, por Adriano Moreira (Venâncio, 1996, p. 144-145). Foi dentro do CEPS que o Lusotropicalismo tornou-se uma factibilidade científica.

Alguns anos mais tarde, com as teses do lusotropicalismo já disseminadas, o CEPS de Adriano Moreira adotaria também o procedimento das excursões ao Império (Freyre organizaria o mesmo no Nordeste brasileiro, com as missões de estudos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, promovidas nas décadas de 1950 e 1960). Em 1957, o CEPS promoveu “três missões de estudo para a realização de inquéritos diretos nas províncias ultramarinas”. Mas, ao contrário do que se esperava, nessas missões, os pesquisadores acabaram por constatar o que lhes parecia impossível: os colonos portugueses eram racistas! Ainda assim e mesmo com os fatos negando o modelo lusotropical de civilização, os pesquisadores do CEPS apontaram logo a solução: “a solução passa pela reeducação dos colonos que já vivem no território e pela seleção de futuros colonos” (Castello, 1998, p. 103-105). Os fatos calavam a mitologia.

A estrutura político-conceitual do Lusotropicalismo

É momento agora, no contexto da narrativa deste artigo, de apresentar uma definição mais sistemática do significado conceitual do Lusotropicalismo, junto à obra de Freyre, destacando, para tanto, o seu trabalho de 1958 – *Integração portuguesa nos trópicos*.

Gilberto Freyre afirma que Portugal teria iniciado no século XV “um novo tipo de civilização”, devido ao seu caráter de expansão “singularmente simbiótico de união de europeu com trópico” e, “ao lado desse novo tipo de civilização vir-se-ia desenvolvendo um novo tipo de conhecimento ou saber dos trópicos pelo europeu, para o qual se sugere a caracterização de lusotropicalologia” (Freyre, 1960, p. 69). Esse “novo” tipo de saber, que Freyre encontra na colonização lusa, “é um saber experimental”. O saber de experiência feito, um tipo de empirismo pragmático, que Freyre afirma já estar presente em Camões. Junto a esse saber, criado na simbiose do português com os povos tropicais, originaram-se práticas fraternas de assimilação. Assimilação cultural e não etnocêntrica. Tais elementos haveriam de fundamentar o alvorecer de uma nova civilização. Afirma o autor:

(...) o que denominamos ‘civilização lusotropical’ não é, biossocialmente considerada, senão isto: uma cultura e uma ordem social comuns à qual concorrem, pela interpenetração e acomodando-se a umas tantas uniformidades de comportamento do Europeu e do descendente e do continuado do Europeu nos trópicos - uniformidades fixadas pela experiência ou pela experimentação lusitana – homens e grupos de origens étnicas e de procedências culturais diversas. Vê-se assim que é um conceito, o sociológico, de civilização lusotropical, de cultura e de ordem social lusotropicalis, que ultrapassa o apenas político ou retórico ou sentimental de ‘comunidade luso-brasileira’ (...) (idem, p. 74)

Ora, com uma argumentação assim estruturada, não seria nada difícil para o Estado português incorporá-la à sua agenda de propaganda política. Não importava tanto a sustentação científica do argumento e a sua verificabilidade empírica (ainda mais quando as pesquisas comprovavam o contrário do proposto pelo modelo teórico). O que importava eram as palavras escritas por um intelectual de reconhecimento mundial. O Estado salazarista utilizar-se-ia, antes de tudo da autoridade intelectual já representada em torno de Gilberto Freyre.

Dentre os elementos fundamentais que caracterizaram a celebração internacional de Freyre estava a reputação do livro *Casa grande & senzala*. O sucesso desta obra deu-se por seu caráter inovador da interpretação sociológica – historiográfica da formação do Brasil. Resumindo, o autor propunha com essa obra uma nova identidade ao povo brasileiro. Identidade essa que divergia frontalmente daquelas apresentadas pelos modelos raciológicos desenvolvidos na cultura brasileira na segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. O principal aspecto dessa renovação estava relacionado à questão racial e aos problemas do mestiçamento no Brasil. Se a tônica interpretativa do pensamento social que o precedeu sustentava a necessidade de um racismo científico para assim justificar-se socialmente a superioridade do homem branco na consolidação da civilização brasileira – uma tese importante a Oliveira Vianna, por exemplo, Gilberto Freyre subverteria essa equação apresentando um novo argumento: as possibilidades civilizacionais da integração racial. Na sua interpretação, o Brasil constituiria-se como racialmente mestiço e essa mestiçagem determinava-se como um elemento positivo, este seria o aspecto central de uma civilização tropical que se elaborava, desde a colonização no século XVI.

Para Gilberto Freyre, no Brasil, tanto o negro africano, como o índio, foram elementos que civilizaram o branco português e este na sua “intrínseca” aclimatabilidade, no amalgamento interracial, logo deixou de ser português para tornar-se lusobrasileiro. O português para Freyre já era um mestiço em Portugal, dessa maneira, por essas condições inatas, jamais poderia se desenvolver historicamente um Brasil branco e europeu. Esse será um dos termos centrais do lusotropicalismo. Dessa confluência interracial, inaugurou-se no Brasil um novo processo civilizatório que, conforme o autor haveria por se estender a todos os espaços de colonização portuguesa.

E para melhor justificar o sentido da instrumentalização do modelo explicativo freyriano pelo Estado salazarista, *Casa grande & senzala* sugere o português como herói colonizador, portador de um conjunto específico de práticas de colonização que o tornam único na experiência histórica das colonizações.

Grande parte da obra freyriana, após 1945, tem uma direção: definir cientificamente esse processo de ineditismo civilizatório em formação no Brasil e nas demais regiões tropicais em que o português se firmou como colonizador. Ressalvo, então, algumas das principais demarcações conceituais do Lusotropicalismo. O conceito de *área total* é fundamental. Junto a esse, impõe-se o de *região*. O autor afirmará que “o conjunto de regiões luso-tropicais (...) formam uma área total” (Freyre, 1961, p. 42). Por “área total”, designará o “conjunto de espaços tropicais hoje ocupados pela gente lusitana ou de origem principalmente lusitana ou portadora de cultura principalmente lusitana: conjunto do qual o Brasil se destaca como sua maior força atual”. Entenda-se o caráter transnacional que é imanente à definição de área total. Freyre acreditava que tal termo esquivava a pesquisa de eventuais preconceitos nacionais, o que poderia acontecer se essa pesquisa estivesse determinada operacionalmente por um conceito como o de Estado ou de Nação. Segundo Freyre, estes seriam conceitos restritivos, que impediriam o acesso à perspectiva totalizante imanente ao objeto, no caso, a civilização inter-racial nascida no espaço de colonização portuguesa. A investigação para chegar a uma efetiva demarcação da área total teria de ser iniciada junto às particularidades inerentes a cada uma das regiões dessa área total. Na análise do autor, o Brasil seria uma região dentro da área total: o trópico colonial português (e o Brasil como região, teria também

dentro de si, regiões demarcadas por culturas específicas). Para melhor exemplificar, leia-se o seguinte, nesta passagem da obra do autor:

se politicamente Portugal é hoje uma nação separada do Brasil que é a sua projeção no Trópico americano, sob aspecto cultural os dois têm sido há mais de um século partes igualmente vivas da mesma realidade lusotropical, ainda em pleno desenvolvimento. Desenvolvimento na América e desenvolvimento na África; e sobrevivência no Oriente. De modo que estamos – ao que parece – diante de um processo de formação de um terceiro homem ou de uma terceira cultura – um homem simbioticamente lusotropical, uma cultura simbioticamente lusotropical – de que vem resultando uma realidade ainda inacabada; e que se tem formado por ter o Português ido ao extremo, em época decisiva para o seu desenvolvimento extra-europeu, de, como nenhum outro europeu até hoje, ter renunciado à sua pureza, quer étnica, quer cultural, a favor de formas híbridas de homem e de cultura, das quais vêm participando raças, ambientes e culturas tropicais transeuropeizadas pela presença, entre elas, do Português. (Idem, p. 88)

O Lusotropicalismo como ciência específica de uma nova civilização, em processo de constituição nos trópicos, centrando-se na concatenação lógica do que o autor conceituará como raças/regiões – áreas/região – área total (o trópico), aspectos esses, dispostos historicamente numa luta incessante pelo equilíbrio de antagonismos, já apontaria na década de 1950 as possibilidades de caracterização de uma *metarraça*, e de uma terceira via à bipolaridade.

Em suma, o Lusotropicalismo, nesta rápida caracterização, tinha todos os elementos para ser apropriado pelo

corpo de gestores do Estado português (poderia aqui, ser sugerida a hipótese de que tal apropriação era a *intenção* de Freyre, ainda que metodologicamente, o aspecto das *intenções* de um autor seja de difícil precisão analítica). Esses gestores, numa gigantesca engenharia de propaganda política incorporaram o Lusotropicalismo como termo de defesa da unidade do Império. E com tais práticas, perceberam-se na esfera do discurso, estranhas transfigurações *lampedusianas* junto a personagens emblemáticos do regime. O caso de Salazar é o mais expressivo dessa apropriação das teses lusotropicalistas de Freyre pelo corpo ideológico-administrativo do Estado fascista português. Com tais transfigurações, consumava-se a poderosa estratégia de manutenção do regime sobre o seu espaço colonial e sobre os seus opositores internacionais.

Um Salazar freyriano?

Apresento, para melhor exemplificar, ainda que rapidamente, o caso da apropriação do Lusotropicalismo por Salazar. José Gil (1995) num extraordinário estudo de análise dos discursos de Salazar, afirma que a natureza estrutural das intervenções públicas do ditador, principalmente nos discursos declamados aos rádio-ouvintes, seguia a mesma lógica das “narrativas de salvação”. As intervenções obedeciam quase sempre à seguinte lógica de exposição: primeiro, “a situação de desordem, de mentira, de anarquia, de humilhação” por que passava Portugal ou o povo português; segundo, “o sacrifício para a cura” e, terceiro, o momento da “regeneração”, o renovamento do corpo nacional graças à ação do Estado Novo e do seu chefe – Salazar – “futuro imediato assinala a renovação; o futuro distante representará o momento da grandeza mítica da nação, uma nova idade do ouro” (p. 23-24). Diante dessa lógica argumentativa fica fácil perceber, como a estrutura interna, que define conceitualmente o Lusotropicalismo se acomodaria a esse tipo de estrutura discursiva.

Salazar afirmava em 1959 que os territórios de Angola e Moçambique eram “independentes com a independência da Nação”, afinal,

um nativo de Angola, embora com as limitações de sua incultura, sabe que é português e afirma-o tão conscientemente como um letrado de Goa, saído de uma universidade europeia. Quer dizer, em vez de uma política de domínio ou educação, ainda que paternal, mas toda conduzida no sentido de constituir uma sociedade independente e estranha, o português, por exigência do seu modo



de ser, previsão política ou desígnio da Providência, experimentou juntar-se, senão fundir-se, com os povos descobertos, e formar com eles elementos integrantes da mesma unidade pátria. Assim nasceu uma Nação *sem dúvida estranha*, complexa e *dispersa pelas sete partidas do mundo*; mas quando *olhos que sabem ver* perscrutam todas essas frações de nação, encontram nas consciências, nas instituições, nos hábitos de vida, no sentimento comum *que ali é Portugal*. (grifos meus – Salazar, 1959, p. 374)

Note-se a elipse retórica – *a nação sem dúvida estranha* – claro que tinha que ser estranha, porque historicamente para Freyre – de quem Salazar tira tal afirmação, aquelas características só o Brasil as tinha, daí o termo *possível* ser exatamente esse – uma nação estranha. Outra ilação: que olhos é que souberam ver essa estranha nação dispersa pelas sete partidas do mundo, senão os olhos de Gilberto Freyre? A diferença no uso estaria no objeto. Salazar queria afirmar Portugal e Freyre afirmava o Brasil. Aqui está a substancial diferença entre as duas práticas discursivas dentro de um mesmo campo ideológico – o Lusotropicalismo.

Na lógica da Guerra Fria, Salazar defendia a manutenção do Império como fronteira civilizacional contrária às ameaças expansionistas da URSS. Sugere-se com tal assertiva que Portugal na sua consciência política nacional, estaria novamente numa luta cristã contra os bárbaros. E dessa maneira Portugal reencontraria o seu destino – o de ser a última fronteira de defesa da civilização cristã ocidental, que naquele momento caracterizava-se como a última fronteira de defesa para a Europa da ameaça da barbárie comunista. Mas esse reencontro com o destino era um reencontro sem futuro, era apenas a reafirmação do passado de glórias camonianas. Na verdade, a formulação retórica traía Salazar, porque era sempre no *Passado mítico* que definia no *Presente* o tempo de uma historicidade sem futuro. A elegia passadista de querer apresentar a esperança do futuro, só conseguia, no entanto, trazer à tona os fantasmas de um passado feudal, ou melhor, pré-capitalista.

Talvez assim se explique a insistência do Estado salazarista, dos seus principais intelectuais (Adriano Moreira foi o maior exemplo) e do próprio Gilberto Freyre, em caracterizar a colonização dos trópicos pelos portugueses como cristocêntrica. Nas palavras de Salazar:

(...) a nossa ação ultramarina antecedeu de alguns séculos a revolução industrial, foram desde logo diferentes os objetivos: a par do fomento do comércio, orientámo-nos sempre, no contato com as populações locais, pelo ideal de igualdade do homem perante Deus e a lei, qualquer que fosse a sua raça, e pelo estabelecimento de laços de solidariedade humana que transcendiam o plano dos interesses materiais. (...) É aí que reside a diferença entre a ação ultramarina de Portugal e a dos outros países europeus que tiveram ou ainda têm colônias. (Salazar, 1989, p. 245-246)

Razões retóricas de lado, além de desejar-se como uma alternativa civilizacional à bipolaridade, o que o projeto salazarista buscava efetivamente era a realização do que os gestores do Estado português procuravam definir como Espaço Econômico Português, “um espaço fechado e protegido” (Telo, 1994, p. 268), um mercado capitalista de uso quase que exclusivo, onde Portugal pudesse renascer como nação e reencontrar as grandezas de seu passado.

Com o discurso de Salazar referendava-se em definitivo a presença do ideário freyriano na cultura política do Estado Salazarista. Os exemplos são múltiplos. Já destaquei o esforço de Adriano Moreira, a interpelação de Sarmiento Rodrigues e a do próprio Salazar e, só para finalizar essa demonstração de procedimentos institucionais junto ao programa lusotropicalista, apresento a seguir como a teoria freyriana foi também utilizada como arma do regime, num espaço institucional internacional, o mais significativo e o mais problemático – a ONU.

Os trabalhos diplomáticos de Portugal naquele fórum ficaram a cargo do ministro Franco Nogueira. Este suportaria uma verdadeira guerra diante da oposição internacional ao colonialismo português. Das tribunas, ao rebater os críticos de Portugal, entre outros argumentos, Franco Nogueira afirmava:

A Nação portuguesa por se encontrar dispersa em vários continentes, não está cometendo um crime (...). Vimos que a geografia, em si própria, não implica qualquer ideia de colonialismo (...) a Nação portuguesa é como é há 500 anos. (...) A Nação é uma só, e até onde chega a Nação terá de chegar o Estado. Esta é precisamente a razão por que a nossa constituição - de um estado unitário - não permite qualquer discriminação entre vários territórios. (Nogueira, 1962, p. 219)

Veja-se o argumento: “a Nação portuguesa é como é há 500 anos”. Mais uma vez a afirmação de um presente como passado, a afirmação de um destino sem futuro. E num outro momento, rebatendo alguns estudos que comissões da ONU apresentavam contra o colonialismo de Portugal, o corpo diplomático português assim argumentou:

Esperávamos que as delegações, seriamente interessadas, fariam estudos sérios e independentes, e para o efeito poderiam ter consultado uma vasta bibliografia. Mas nem uma alusão foi feita a obras fundamentais como do professor Trend, da Universidade de Londres; (...) do professor Gilberto Freyre, do Brasil; (...) ou do professor Toynbee, da Inglaterra (...). (Nogueira, 1962, p. 219)

Novamente o uso da autoridade intelectual de um Gilberto Freyre internacionalizado como termo justificatório dos procedimentos colonialistas do Estado português.

Na lógica do que foi exposto até aqui, percebeu-se que Portugal afirmava sua grandeza civilizacional na reafirmação do passado. O espaço colonial do Império, principalmente nos territórios de África, seria então a afirmação do *Tempo Presente*,² isto é, Portugal consumava o *Tempo Passado* na lógica do *Tempo Presente* africano. E o Brasil? Na lógica do exposto, o Brasil que já fora colônia, já se realizara, em determinado momento, como o *Tempo Presente* de Portugal, mas, naquela circunstância, nas décadas de 1950-1960, como nação independente que era, afirmava-se como o *Tempo Futuro* para aquele *Tempo Presente*, isto é, o Brasil seria assim, a síntese dos *Tempos dos Trópicos*. Seria então o *Tempo Futuro* da nova civilização em formação.

2 Utilizo uma enunciação que procura acompanhar a lógica freyriana de explicação do tempo trípico.

Desse modo, creio que a aproximação de Freyre com o Portugal de Salazar, não acontecia para afirmar a liderança de Portugal dentro do mundo lusotropical, mas para afirmar a liderança do Brasil. Portugal seria para Freyre, o *Tempo Passado* já afirmado, que só podia se realizar como nação no *Tempo Presente* de uma África ainda em formação; já o Brasil, tendo suplantado aquele *Tempo Passado* e aquele *Tempo Presente*, seria então a afirmação, já naquele momento, do *Tempo Futuro* dos Trópicos. Dessa maneira, o Brasil seria então, a síntese do tempo trípico. Esta talvez seja uma hipótese para descolar Gilberto Freyre, do campo ideológico salazarista, de não o perceber apenas, como mais um dos *cães de guarda* de Salazar, e talvez assim, apresentá-lo como um intelectual que dentro de um determinado campo ideológico – o fascismo salazarista, lutava para fazer do lusotropicalismo (que poderia ser definido como um subcampo ideológico no espectro salazarista) uma afirmação teórico-científica hegemônica nas ciências sociais contemporâneas. Ainda que tal afirmação, pelos exemplos citados, possa ser ambígua creio que essa hipótese também pode ser aferida pelos fatos descritos.

Freyre sempre fiel a si mesmo

O Brasil como potência média, como potência com autonomia no concerto diplomático de hostilidades da bipolaridade geopolítica, e mais, o Brasil como potência líder de uma região demarcando assim alternativa civilizacional frente àquelas do capitalismo norte-americano e/ou do comunismo soviético. Esses eram os reais propósitos que o Lusotropicalismo visava enquanto modelo teórico e marco ideológico-doutrinal.

Em julho de 1958, na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, Gilberto Freyre apresentou uma conferência de título Uma Política Transnacional de Cultura para o Brasil de Hoje. Transcrevo a seguir, algumas passagens dessa conferência, corroborando assim a hipótese acima referida, a de que Gilberto Freyre tinha suas reflexões direcionadas a um projeto brasileiro de hegemonia geopolítica e não meramente transformar suas reflexões em apologia do regime salazarista. Naquela conferência, o autor afirmou:

Ao Brasil de hoje abrem-se oportunidades de povo condutor de povos tropicais menos adiantados, acompanhadas de responsabilidades que se não forem assumidas pelos indianos ou pelos árabes unificados, pela Venezuela ou pelo México, ficando os brasileiros reduzidos a uma situação politicamente inerme entre esses

povos quando, sob tantos outros aspectos, sua civilização simbioticamente lusotropical ou hispanotropical talvez seja a mais completamente integrada, a mais vivamente criadora e também a mais dinâmica das modernas civilizações que se desenvolvem nos trópicos (...) (Freyre, 1960, p. 52)

Com esse diagnóstico de realidade, o autor constata uma paralisia decisória na ação do Estado para a consecução dos fins propostos acima. De todas as experiências históricas de sociedade nos trópicos, a experiência brasileira era naquela ocasião, afirma o autor, “a mais arrojada: a vanguarda de todas elas”. Dessa maneira, impunha-se ao Brasil, a missão histórica de liderar a civilização lusotropical, “civilização em desenvolvimento” e ainda “não estabilizada”. Para tanto, o autor propõe ao Brasil o papel de potência média líder, comandando uma “federação de países de língua portuguesa”. Em suma, ainda que não seja explícito na questão, naquela data, Gilberto Freyre com suas assertivas culturalistas, punha-se já a serviço da ideia de realização do Espaço Econômico Português, que os gestores lusitanos só viriam a propor, a partir de 1961, como possibilidade operacional concreta esse projeto já idealizado desde o início da década de 1950, principalmente por causa da pressão revolucionária de grupos africanos autonomistas e anticolonialistas (em janeiro de 1961 acontecem em Angola os primeiros atos “terroristas” ao regime colonialista por grupos políticos que viriam anos depois a constituir o Movimento Popular para a Libertação de Angola – MPLA). E, além disso, determinava também sua posição nos debates sobre os destinos da Revolução capitalista brasileira.

Gilberto Freyre sempre foi um intelectual vaidoso. Buscava em cada auditório o espelho do seu *thymos*. O aplauso o fascinava. Ninguém escreveu melhor sobre ele, do que ele mesmo. Mas a vaidade de Freyre sempre teve uma mordida de ressentimento. A parcela mais significativa da cultura acadêmica,

nas áreas de sociologia, antropologia e história, do eixo Rio–São Paulo, não lhe reconhecia a grandeza intelectual que outros destacavam, por exemplo, na França, em Portugal ou nos EUA. Gilberto Freyre nunca dobrou, nunca foi aceito pelo mundo intelectual do eixo Rio–São Paulo. Sempre foi alvo de pesadas críticas. E mais, Freyre não deixava – em termos formais de pesquisa acadêmica, com sua obra personalíssima – uma cultura de pesquisas e investigações científicas que tivessem sua obra como matriz teórico–epistemológica. Lutou exasperadamente para modificar essa situação com a criação do seu feudo regional particular, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), que viria a ser depois a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Lá, tentou organizar a ciência a serviço da modernização do Nordeste e do país, mas tinha de conviver também com laudação enxovalhante de alguns intelectuais provincianos que pouco ou nada problematizavam da sua obra.

Gilberto Freyre precisou de Portugal para fechar a sua teoria. E em Portugal encontrou admiradores efetivos de sua obra, inclusive de intelectuais de esquerda – caso do historiador socialista antissalazarista, António Sérgio. Junte-se a isso, a vaidade lustrada ao máximo, com a viagem de sete meses pelo Império (de agosto de 1951 a fevereiro de 1952), as recepções pelas colônias, etc. Ainda que seus propósitos não apontassem o mesmo sentido político para um Portugal no mundo como os portugueses o faziam, deixou-se instrumentalizar pelo campo ideológico salazarista. Mas, do modo como foi usado o lusotropicalismo, tudo poderia se acomodar, porque os termos de fundação do Império estruturavam-se apenas com a retórica. Mas foi uma retórica de fundação, de confecção de realidades materiais, de práticas concretas e não de pretensa

comunidade imaginária. Não existem comunidades imaginárias. Toda comunidade é afirmação concreta de práticas históricas em processo, em luta ideológica, logo, realidades materiais de classe. Só assim talvez seja possível entender o lusotropicalismo como uma realidade teórico-prática concreta.

O Império português permaneceu praticamente intacto até 1975. É uma espécie de enigma historiográfico, o entendimento dos porquês de sua longa duração, ainda mais se esta permanência se justificou naquilo que Perry Anderson definiu como uma “lânguida profusão verbal” que tornava a sua realidade pura maleabilidade (Anderson, 1966, p. 84). É evidente que outras contradições deveriam ter sido aqui trabalhadas, principalmente aquelas de ordem econômica, contudo, pelo menos, creio ter indicado o papel histórico da teoria freyriana como termo fundacionista dessa prática concreta de manutenção do Império, de como o Lusotropicalismo deu sentido histórico-estrutural à manutenção ideológica de um Império anacrônico, instrumentalizando para isso a retórica fundacional de alguns dos cães de guarda desse Império.

A solução do enigma da longa permanência do Império estaria, sem dúvida alguma, na análise das demandas das forças sócio-econômicas agregadas ao Estado Salazarista, como, por exemplo, no estudo sobre o papel econômico e político das Companhias Majestáticas que controlavam a atividade produtiva de maneira privada dentro do espaço colonial; companhias essas que se tornariam um Estado dentro do Estado. Empresas que sozinhas tinham sob seu controle, territórios maiores que o de Portugal, como a Diamantes de Angola (Diamang); empresas que tinham, além disso, a total anuência do Estado português para poder impor o sistema de gestão e repressão aos

trabalhadores sob seus únicos e exclusivos critérios. Nesse estudo (desenvolvi tal perspectiva de um modo bastante introdutório na minha tese de doutoramento, em 2005) revelar-se-ia como a administração de muitas dessas empresas esteve a cargo de alguns dos membros da administração pública, caso exemplar é o do ministro Armindo Monteiro. E justificar-se-ia assim aquela que me parece ser a tese fundamental para a explicação da manutenção do Império: a eficácia do regime graças à ação dos gestores como classe, na organização do Estado salazarista. No pós-guerra foram os gestores que organizaram as formas de reprodutibilidade capitalista portuguesa, tanto em Portugal, como nas colônias do Ultramar.

O Lusotropicalismo como referência ideológica às práticas institucionais de alguns dos principais gestores do salazarismo haveria também se manter junto à conjuntura que derrotava politicamente práticas com o processo de consolidação da Revolução dos Cravos, após o 25 de abril de 1974, basta dizer que nessa conjuntura a significativa presença do mesmo general Spínola, que se tornou presidente da República, nos primeiros momentos do novo regime e Sarmento Rodrigues, pelo que se depreende da correspondência mantida com Gilberto Freyre, também continuou sendo também um importante nome na configuração dos destinos políticos que o novo regime pós-salazarista traçava. ♪

Referências

- ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- FREYRE, Gilberto. “Integração portuguesa nos Trópicos.” In FREYRE, G. *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje*. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos / Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1960, pp. 65 – 117.
- _____. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- GIL, José. *Salazar: A retórica da invisibilidade*. Lisboa: Relógio d’Água Editores, 1995.
- NOGUEIRA, Franco. *As Nações Unidas e Portugal*. Lisboa: Ática, 1962.
- SALAZAR, António de Oliveira. *Discursos e notas políticas*. Coimbra: Coimbra Editora Ltda., 1959.
- _____. *Pensamento e doutrina política: Textos antológicos*. Lisboa: Verbo, 1989.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização (de 1815 a nossos dias)*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- TELO, António José. *Economia e império no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- VENÂNCIO, José Carlos. *Colonialismo, antropologia e lusofonias: repensando a presença portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Vega, 1996.